

Política

Pioneirismo e tecnologia

Mangels
Empresa 100 - Brasília

CONSTITUINTE

Ulysses questiona poder do STF

por Cecília Pires de Brasília

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, procurou minimizar, em reunião com lideranças da Constituinte, na última sexta-feira, a crise entre o Executivo e a Constituinte. Ela é grave, entendem esses líderes. Ulysses disse estar des preocupado quanto ao fato de ter sido solicitada, na quinta-feira, ao Senado, "uma certidão do termo de posse do vice-presidente da República, José Sarney". Ulysses contou ter sido procurado pelo assessor parlamentar do Palácio do Planalto, Henrique Hargreaves, que alegou ter sido uma iniciativa dele o pedido, apenas para o arquivo da Presidência.



Ulysses Guimarães

"Nos todos achamos que a crise é grave, pois aponta para o rumo da colisão entre o governo e a Constituinte", ponderou o senador Fernando Henrique Cardoso a Ulysses, ao chegar ao gabinete da Presidência da Câmara, acompanhado pelo senador José Richa e pelo deputado Eulides Scalco. Ulysses explicou às lideranças que o Supremo Tribunal Federal teria de examinar a questão do ponto de vista da soberania da Constituinte, e isto ele não iria fazer. Indagado pela imprensa se o STF poderia suspender uma decisão da Constituinte, Ulysses respondeu que "o Supremo decide sobre textos existentes e a infringência a estes textos. Não pode suspender

decisão da Constituinte. Se nós estamos elaborando e ainda não há a Constituição, está dentro da competência soberana da Constituinte fazer". Segundo o senador José Richa, o Supremo não teria condições técnicas de reconhecer que a Constituinte não é soberana. "Para a Constituinte, não existe direito adquirido. E esta não é uma questão que dependa de interpretação jurídica, é uma questão política. A Constituinte é soberana para decidir o mandato do presidente. Há até um precedente neste sentido. No governo Dutra, cujo mandato era de seis anos, a Constituinte de 1946 decidiu que o mandato deveria ser reduzido para cinco anos, e o presidente respeitou a decisão constitucional".

Para Richa, se Sarney decidir pedir um parecer do STF sobre a duração de seu mandato, isso repre-

sentará um confronto com a Constituinte. "Aliás, faz tempo que o presidente vem confrontando com a Constituinte." Na opinião do senador paranaense, o momento é muito delicado. "Em crise política nós estamos há muito tempo.

Sarney faz força para transformar esta crise política em crise institucional", concluiu.

Segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, "o STF só pode opinar sobre fatos concretos. A pergunta a fazer ao Supremo seria se a Constituinte tem ou não poderes para modificar o mandato. Se a consulta for apenas para confirmar o mandato da atual Constituição, é claro que o STF terá que responder que o mandato de Sarney é de seis anos. O problema não é esse, a não ser que eles estejam querendo um "golpe branco", porque a soberania da Constituinte é indiscutível", afirmou.

O senador José Richa defendeu ainda que a Constituinte tem de ser aprovada o mais rapidamente possível, antes que a crise se agrave: "Por mais rápido que trabalhe, não será possível concluir os trabalhos até 21 de abril". Por isso, as lideranças resolveram, com Ulysses Guimarães, passar este final de semana estudando um novo calendário de trabalhos e procurar reduzir a quantidade de emendas destacadas.

O deputado Ulysses Guimarães fez questão ainda de minimizar ou tentar des-

"Uma colisão entre poderes"

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

"Não é rota de colisão. E colisão entre poderes." Esta foi a interpretação que o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) deu ao discurso do presidente José Sarney no programa "Conversa ao Pé do Rádio".

"Hoje existe um conflito criado entre a Constituinte e o Poder Executivo", disse o senador durante a sessão de sexta-feira da Constituinte. Para ele as provocações não vêm só do presidente da República, mas também de alguns ministros e do consultor geral da República, José Saulo Ramos.

A solução, para o senador, é evitar a provocação. Ele considerou que o que foi aprovado na Constituinte até agora não torna o País ingovernável, como disse o presidente José Sarney, mas cria dificuldades crescentes.

Da tribuna do plenário, a deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP) também rebateu as críticas do presidente à Constituinte. Ela discordou da afirmação de Sarney de que a Constituinte estaria sendo controlada por uma minoria agressiva. Lembrou que tudo quanto foi decidido até agora recebeu mais de 280 votos que representam a maioria. Afirmou também que, ao contrário do presidente — que disse estar no posto que ocupa levado pelo destino —, os constituintes foram eleitos, e as suas deliberações, sempre por maioria, representam a vontade do povo.

O deputado Antônio Brito (PMDB-RS) disse que a melhor forma de se evitar a provação é a Constituinte continuar no caminho que está, ou seja, manter aceleradas as votações e apresentar uma Constituição equilibrada.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), discordou do presidente. Disse que a Constituinte não quer tomar o poder pela força, como afirmou José Sarney. "O que a Constituinte quer são eleições em 1988, e decidirá isso pela via legal", afirmou Covas.

Na sua opinião, o presidente da República deverá acatar a decisão da Constituinte sobre o seu mandato, ainda que fixado em quatro anos.

Covas lamentou que José Sarney tenha se valido de "slogans" (um pequeno grupo de radicais oportunistas) para criticar a Constituinte. O senador pensava já ter esses "slogans" sido afastados da História do País.

O deputado José Genoíno (PT-SP) disse que "o governo Sarney insiste em precipitar e agravar a crise, numa tentativa de reeditar o Plano de 37". Nessa época, o então presidente Getúlio Vargas, afirmando a existência de uma minoria radical de esquerda que procurava tomar o poder, deu um golpe de Estado, mantendo-se no governo pela força.

Para o vice-líder do PDC, deputado José Maria Eymael (SP), o "presidente da República não está à altura do País".

conhecer as críticas que o presidente Sarney tem feito à Constituinte, especialmente aquelas feitas em seu último programa "Conversa ao pé do rádio", na

sexta-feira. "Não li o texto, vou lê-lo, e as informações diretas que tenho tido do presidente, quando tenho encontrado com ele, são no sentido de acatar as

decisões da Assembléia Constituinte, formular votos no sentido de que ela desenvolva seu trabalho com a maior brevidade possível."

Arraes: "é uma questão política e não jurídica"

por Milton Wells do Recife

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, disse, na sexta-feira, no Recife, que a duração do mandato do presidente José Sarney será resolvida de uma forma (tranquila) pela Assembléia Nacional Constituinte, cujos representantes deverão respeitar a vontade da opinião pública nacional que deseja manifestar-se o mais rápido possível.

Arraes minimizou a ameaça do Planalto de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney e observou "que esta é uma questão política e não jurídica". Sobre a disposição do governo de pressionar a Constituinte para que seja alcançado o objetivo de Sarney, Arraes considerou "o embate natural". Mas ressaltou que Assembléia Constituinte deve ter respeitada a sua posição final.

O governador pernambucano também rechaçou a tese segundo a qual não haveria tempo para a convo-

cação de eleição para este ano e lembrou que quem deve manifestar-se sobre o assunto é o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"E pelo que ele já declarou é perfeitamente viável a convocação de eleições ainda para este ano", afirmou.

Arraes, que compareceu à reunião da Sudene para falar sobre os efeitos da seca no Nordeste, foi contestado pelos governadores da Paraíba e do Rio Grande do Norte, respectivamente Tarciso Burity e Geraldo Melo.

Burity chegou a pregar seis anos para Sarney e Melo disse que a Constituinte não tem poderes para mudar o tempo de mandato do presidente.

"Se se discute a duração do mandato do presidente, o que deve ser atribuído a um capricho de natureza pessoal que discrimina o presidente." Já o governador parabaiano disse que se a Constituinte resolver encurtar o mandato de Sarney, deverá também convocar eleições gerais para governadores, senadores e deputados.

Magalhães acredita em uma solução negociada

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, negou, na sexta-feira, que o presidente José Sarney tenha solicitado ao Senado o seu termo de posse, com a intenção de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) no sentido de manter seu mandato em seis anos. "O presidente gosta, evidentemente, de ter seus documentos. Até porque, sendo escritor, também é historiador e esse documento serve para a vida dele."

O ministro afirmou, também, que "além do mais, nós achamos que não precisa ir ao Supremo para resolver uma coisa tão simples que, politicamente, poderá ser resolvida no próprio Congresso Constituinte". Para o ministro, esse

pedido do termo não tem objetivos políticos: "Ele pediu para ter em seu arquivo, que é muito importante, mas quem sabe se isso politicamente não será um elemento a mais de convencimento daqueles que não estão querendo convencer-se de uma coisa tão clara, que é o mandato do presidente da República".

Para ele, um mandato de seis anos pode ser descartado na medida em que houve "um compromisso há mais de ano pelos presidentes do PMDB e o de honra do PFL de que o mandato seria de cinco anos. E eu creio que o presidente vai firmar-se nesse compromisso que Ulysses e Aureliano firmaram", disse à EBN.

Planalto argumenta que documento é para arquivo

O subchefe para assuntos parlamentares do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves, saiu em campo na sexta-feira, para convencer os constituintes de que o Palácio do Planalto pediu a cópia do termo de posse do presidente José Sarney para ser incluída na documentação do Projeto Memória dos ex-presidentes, que está sendo feito pelo assessor presidencial Virgílio Costa. Segundo Hargreaves, em nenhum momento foi cogitada a intenção de usar a certidão em um recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) para o governo garantir o mandato de seis anos.

chamado ao Palácio da Alvorada pelo presidente Sarney, que disse ter ficado surpreso com a notícia dos jornais, informando que ele pedira o termo de posse à Mesa do Senado. Hargreaves explicou a Sarney, segundo disse, que fez verbalmente o pedido à Mesa para o Projeto Memória.

O presidente Sarney disse a Hargreaves, segundo um assessor, que se precisasse do termo de posse para apresentar recurso ao STF, como informam os jornais, teria feito formalmente um requerimento ao presidente do Senado, Humberto Lucena. Segundo o subchefe do Gabinete Civil, tudo não passou de um equívoco, informou a Agência Globo.

Ministro do Exército insiste na defesa de mandato de seis anos

por Riomar Trindade do Rio

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, não só voltou a condenar a realização de eleições presidenciais neste ano como também defendeu um mandato de seis anos para o presidente José Sarney, conforme prevê a Constituição em vigor. Leônidas, que presidiu na sexta-feira, no Rio, uma reunião do alto comando do Exército, aproveitou o intervalo do almoço para conceder entrevista à imprensa, disposto a não abordar publicamente temas políticos, conforme recomendação prévia feita aos jornalistas pelo general Carlos Olavo Queiroz Guimarães, chefe do centro de comunicação social do Exército.

"A hora é boa para o silêncio", respondeu o ministro, quando os repórteres lhe solicitaram uma opinião sobre as constantes críticas do presidente Sarney à Constituinte. "Eu falei em silêncio, mas não disse que não estou acompanhando com atenção e muito senso de responsabilidade a situação nacional. Os senhores sabem que não me nego a fazer comentários, mas as coisas tem de ficar um pouco mais claras para o comentário não cair no vazio", acrescentou o ministro do Exército.

Indagado se concordava com o advogado Saulo Ra-

O equívoco de Leônidas

por Riomar Trindade do Rio

O general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, cometeu um equívoco ao afirmar que a Constituição de 1969, da Junta Militar, estabelece um mandato de seis anos para o presidente da República. A Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, sancionada pelos ministros militares (general Aurélio Lira Tavares, almirante Augusto Rademaker e brigadeiro Márcio de Souza e Mello), diz: "O mandato do presidente da República é de cinco anos"

(artigo 75, parágrafo terceiro).

É a Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977, assinada pelo ex-presidente Ernesto Geisel, que estabelece o mandato de seis anos para o presidente da República. A Constituição de 1967 fixou em quatro anos o mandato do presidente da República, alterando a Constituição de 18 de setembro de 1946 (artigo 82), que tinha o seguinte texto: "O presidente da República e o vice-presidente exercerão o cargo por cinco anos".

mos, consultor-geral da República, para quem o mandato do presidente Sarney é de seis anos, o general Leônidas foi incisivo: "Os constitucionalistas têm falado que esse direito é líquido e certo, porque a Constituição que vive e estabelece todas as coisas em curso no País é tomada da mesma fonte, a Constituição de 69. Então, constitucionalmente, esse direito é líquido e certo. Os constitucionalistas também dizem que a Constituinte não tem soberania, é direito derivado", afirmou. E acrescentou: "Pessoalmente, tomando como referencial os interesses do Brasil, eu julgo da maior impropriedade

uma eleição em 1988. Nós precisamos de estabilidade neste país".

O ministro Leônidas Pires Gonçalves, na mesma linha de seu colega da Marinha, Henrique Sabóia, acredita que uma eleição presidencial neste ano causaria transtornos ao País. "Os senhores viram os transtornos das últimas eleições. O País para. Nós estamos precisando neste País é de duas coisas: suor na testa e muito trabalho". No caso de a Constituinte definir um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, o ministro do Exército partilha da tese de eleições gerais. "Nessa hipótese, já que o mal é fei-

to pela metade, façamos então o mal total, para evitar que em 1988 seja necessário nova eleição. Façamos tudo de uma vez só", disse.

O general Leônidas explicou que "o mal" a que se refere é fazer eleições neste ano.

"Eleição é a coisa mais democrática e sou defensor ferrenho de eleições. A eleição caracteriza a vontade do povo", afirmou. O ministro do Exército preferiu não comentar os pronunciamentos do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) e do ex-presidente João Figueiredo, alertando para a possibilidade de eventuais golpes. "São idéias com as quais não concordo, mas eles têm direito de tê-las", disse. Leônidas excusou-se também de comentar as críticas que o presidente Sarney vem fazendo à Constituinte, "porque não tenho o mesmo nível, patamar, de informações do presidente da República".

A respeito do fato de o presidente Sarney ter solicitado ao Senado a certidão do tempo de posse do vice-presidente da República, o ministro do Exército comentou: "Não sei por que ele pediu. Mas, como sou um homem bem informado a respeito de problemas, eu acho que talvez ele queira mostrar que na certidão consta, escrito, que ele foi eleito para um mandato de seis anos".

"O confronto é lamentável"

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

Os governadores de São Paulo, Orestes Quércia, e da Bahia, Waldir Pires, reuniram-se no Palácio dos Bandeirantes na última sexta-feira "para prestigiar a Assembléia Constituinte", conforme declarou Quércia. O pronunciamento do presidente José Sarney, que voltou a atacar a Constituinte em seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio", mereceu interpretações diferentes dos dois governadores. Enquanto Pires disse que "está se desenhando um confronto entre o governo e a Constituinte e ele é lamentável", Quércia preferiu evitar comentários. "O que eu quero é evitar problemas", disse ele.

O governador baiano ratificou sua posição por quatro anos de mandato e parlamentarismo e acusou o presidente Sarney de excluir a Bahia na distribuição de verbas do governo federal. "O preço da luta pela democracia não tem limite porque nós não construiremos este país em cima de nenhuma solução autoritária", disse Pires, que negou qualquer interesse em compor com Ulysses Guimarães uma chapa para a sucessão presidencial.

Mesmo evitando afirmar que o presidente esteja interferindo na Constituinte

— "eu não ouvi as declarações do programa do presidente" —, Pires disse que Sarney "deve evitar tudo o que signifique uma confrontação com a Assembléia. Dentro da Assembléia Constituinte o governo não deveria ter posição".

Para ele, "o presidente e o governo não podem confrontar a Constituinte, se quisermos chegar ao fim do amplo processo de restauração da democracia no Brasil. A confrontação é a negação da soberania da Constituinte. Quando se confronta a Constituinte, estabelece-se uma crise das instituições". Pires afirmou que há duas consequências para a crise entre o governo federal e a Assembléia: "Ou toda a sociedade se mobiliza para a soberania da Constituinte ou, se nós cruzarmos os braços, a consequência seria o retrocesso".

Apesar de ter-se referido ao retrocesso, Pires descartou a hipótese de um novo golpe militar e disse que "no momento não há nenhuma força a ser usada pelo governo" no caso de um efetivo confronto. "A força que mais pode, na minha impressão, está muito fiel às aspirações democráticas do povo brasileiro."

QUERCIA ENCONTRA ULYSSES
Quércia evitou fazer críticas ao governo federal

e repetiu por diversas vezes que "é preciso fazer todo o empenho para que haja unidade, um esforço muito grande para conciliar os interesses do governo e da Assembléia Nacional Constituinte".

O encontro com Waldir Pires foi um sucedâneo da série de contatos que o governador paulista manteve nos últimos dias com seus colegas de outros estados (o mineiro Newton Cardoso e o fluminense Wellington Moreira Franco). Nessas reuniões, os governadores têm manifestado seu apoio e prestígio à Constituinte, mas não negam que a sucessão presidencial também esteja em pauta. No sábado, Quércia almoça em Brasília com Ulysses Guimarães, mas o governador não adiantou quais seriam os temas em discussão. Genérico, afirmou que

"o dr. Ulysses me chamou para conversar sobre política e certamente falaremos sobre a Constituinte".

LUIZ HENRIQUE
O ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique da Silveira, também esteve no Palácio dos Bandeirantes, na sexta-feira, para participar de uma cerimônia em que foi assinado um acordo entre a Universidade de São Paulo e o CNPq. Luiz Henrique procurou diminuir a dimensão das declarações do presidente Sarney sobre a Constituinte.

"Há um clima de dificuldade de relacionamento, mas eu acredito que esse clima vai se dissipar já nos próximos dias, porque há predisposição da Constituinte e do governo para o entendimento", disse o ministro.

A esperança de Sarney

Em uma longa conversa telefônica, na quinta-feira, o presidente José Sarney disse ao governador Newton Cardoso que em nenhum momento perdeu as esperanças de que permanecerá por cinco anos frente ao governo federal. Confiante de que os constituintes aprovarão em plenário um mandato de cinco anos, o presidente da República, de acordo com Newton Car-

doso, demonstrou ótima disposição, informou a Agência Globo.

Segundo o governador de Minas, um dos fatores preponderantes para dar novo fôlego à proposta de um mandato de cinco anos para Sarney, foi a decisão do grupo liderado pelo senador Mário Covas (PMDB-SP) de votar com os segmentos mais de centro na Assembléia Constituinte.

Plenário volta atrás e suprime emenda sobre agências de emprego

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A Assembléia Nacional Constituinte decidiu suprimir do texto constitucional a definição sobre a intermediação da mão-de-obra temporária.

A sessão de sexta-feira foi dedicada ao tema e, ao final de quatro horas de tentativas infrutíferas de negociações, os constituintes decidiram aprovar a emenda do deputado Daso Coimbra (PMDB/RJ) que suprimia a matéria do projeto constitucional. A emenda foi aprovada por 317 votos contra 12 e 17 abstenções.

A intermediação era um dos temas polêmicos do capítulo dos direitos sociais, sobre o qual não havia acordo.

PMDB e os partidos de esquerda defendiam a proibição da intermediação, ainda que mediante locação de mão-de-obra. A preocupação básica era tentar pôr fim ao agenciamento de empregados, como ocorre com os "gatos" que contratam "boias-frias" em épocas de safra.

Já o "Centrão", em seu substitutivo, havia proposto que a lei dispusesse sobre a intermediação remu-

nerada. O texto do "Centrão" foi rejeitado. Mas, em compensação, a fusão das emendas que problematizam a intermediação, com exceção dos casos previstos em lei, também não foi aprovada. A solução encontrada foi deixar para a lei ordinária a regulamentação dessa atividade.

As negociações também se prolongaram porque, devido à presença de poucos mais de trezentos constituintes em plenário, número considerado pouco expressivo pelas lideranças, os constituintes preferiram deixar para esta semana as deliberações sobre direito de greve e organização sindical. Sobre os dois temas também não há acordo, e prevê-se uma forte disputa entre os progressistas e os conservadores.

Terminado o artigo 79, faltam apenas dois para se chegar à discussão da Organização Sindical, seguida da do direito de greve.

Os constituintes voltam a se reunir nesta segunda-feira, às 14 horas. O deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP) reconsiderou sua decisão de realizar sessões neste fim de semana, devido à convenção do PFL em todo o País.

O texto da Constituição

Abaixo a íntegra dos textos aprovados no plenário da Constituinte, na quinta-feira:

Artigo 7º
Parágrafo 1º — A Lei pro-

gerá o salário e definirá como crime a sua retenção dolosa. Parágrafo 2º — É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz."

Fragmentado, o "Centrão" tenta uma recomposição

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A perplexidade diante dos resultados das votações da última semana, quando o "Centrão" sofreu sucessivas derrotas no Capítulo dos Direitos Sociais, levou os coordenadores do grupo conservador a começar a traçar a estratégia para sua realignação.

Na quinta-feira à noite, reunidos na casa do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), os líderes decidiram formar novamente a coordenação dos estudos temáticos, que ficará a cargo dos deputados José Geraldo (PMDB-MG), Heraldo Tinoco (PFL-BA), José Lins (PFL-CE), Paes Landim (PFL-PI) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG). O grupo quer estar preparado para enfrentar as negociações em plenário e se valer da fusão de emendas, instrumento que vem sendo muito utilizado pelos constituintes.

Em plenário, suas propostas voltarão a ser encaminhadas com vigor, fato que não ocorreu na semana passada.

Além disso, discutiu-se a possibilidade do grupo de fazer campanhas publicitárias, através de cartazes e "out-doors" defendendo suas propostas. Também não foi esquecido o trabalho de convencimento individual com constituintes membros do "Centrão". Devido à desarticulação, cerca de 120 de seus membros passaram a votar contra as propostas do grupo.

O deputado Luiz Eduardo (PFL-BA) atribuiu a des-

fragmentação do grupo a fazer uma Constituição moderna, de liberais. Ele defendeu a volta das lideranças do grupo, no que também foi acompanhado pelo deputado José Lins. E precisou que se faça o contradiatório de modo a dar equilíbrio à Constituinte, afirmou.

Mais enfático é o deputado Fiúza. Para ele "ou a Constituinte vai para o racional ou passarei a votar com a esquerda". O deputado disse ter cem votos no plenário e não querer mais, carregar o ônus da impopularidade. Criticou os membros do "Centrão" que deixaram o grupo, afirmando que não admite "banqueiros votando com a esquerda".

Para Fiúza as conquistas obtidas no capítulo Dos Direitos Sociais ainda são pequenas. Porém, deve-se levar em conta a estabilidade econômica do País. Segundo ele, conceder mais do que é possível, como vem sendo feito, não é bom nem para a iniciativa privada nem para os trabalhadores.

O deputado Bonifácio de Andrada, outro coordenador do grupo, disse que a Constituinte está se desenvolvendo uma técnica marxista radical, que é a de pressão de base e de cúpula. Nas bases, tenta-se amedrontar alguns constituintes menos experientes.

A pressão de cúpula estaria sendo feita através de veículos de comunicação, e de presenças influentes de pessoas acostumadas a criar clima de atemorização dentro do Congresso Nacional.

Para anular essas pressões, a solução seria "a opinião pública estimular e apoiar os membros do grupo para que possamos, no Congresso, promover uma articulação enfática contra as esquerdas radicais", afirmou.